



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 3/XI/ 1.^a SL

Aos 25 dias do mês de Novembro de 2009, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala Sophia do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados
2. Apreciação e votação do plano de actividades da Comissão
3. Apreciação e votação de Actas
4. Outros Assuntos.

No primeiro ponto da ordem do dia, foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

No ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Presidente começou por lembrar que na reunião em curso apenas poderiam discutir as propostas e não votar o plano de actividades, porque este estava ainda pendente da decisão sobre qual a comissão em que se integraria a área da família.

Começando pelas propostas sobre a área da cultura, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) apresentou as propostas do Grupo Parlamentar do PS, constatando que todos os grupos parlamentares apresentaram propostas sobre a questão do trabalho no sector da cultura e sobre os direitos de autor, e concordou com a sugestão da Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) de alargar esta área às questões da protecção social e da fiscalidade, tendo, no fim das intervenções, frisado que seria importante a Comissão pensar em três ou quatro sectores chaves para criar uma figura legal que não existe neste momento. Contribuíram ainda para esta discussão os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), para incluir a problemática da qualificação e da certificação, João Oliveira (PCP) e Conceição Pereira (PSD), para concordar com as propostas anteriores.

De seguida, a Senhora Deputada Conceição Pereira (PSD) usou da palavra para apresentar o plano de actividades do PSD na área da cultura e para fazer algumas correcções ao documento que estava distribuído, realçando, na área da cultura, o acompanhamento dos preparativos para as comemorações do Centenário da República e de Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012.

Pronunciaram-se, sobre as propostas do PSD os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), para concordar com elas e referir a importância da avaliação da rede de cineteatros que consta das suas próprias propostas, João Oliveira (PCP), para concordar com a generalidade das propostas e questionar sobre proposta relativa às candidaturas ao QREN, Cecília Meireles (CDS-PP), para concordar com o orador antecedente e propor uma nova redacção para a proposta do PSD sobre a avaliação

da preservação do património histórico e cultural, e Inês de Medeiros (PS), também para concordar com João Oliveira e questionar sobre a proposta de audição de entidades e diversos operadores culturais. Respondeu a Senhora Deputada Conceição Pereira (PSD), para esclarecer e alterar a redacção da proposta sobre as candidaturas ao QREN.

Usando da palavra de novo, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) referiu a necessidade de acompanhar a forma como investimentos nacionais e comunitários estão a ser usados na cultura, o que mereceu o apoio do Senhor Deputado João Oliveira (PCP), referindo que ia nesse sentido a última proposta apresentada pelo seu grupo parlamentar na área da cultura e retomando a proposta de criação de um grupo de trabalho que continue o trabalho de avaliação do cumprimento da Lei da Rádio.

Passando para a área da comunicação social, o Senhor Presidente afirmou que iria tentar encontrar uma redacção para as diversas propostas dos grupos parlamentares relativas a audições.

O Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD) concordou com as propostas apresentadas pelos outros grupos parlamentares e realçou, de entre as suas, a relativa ao acompanhamento das parcerias feitas entre órgãos de comunicação social e diferentes entidades públicas e da legislação sobre publicidade.

Intervieram, a este propósito, o Senhor Presidente, para referir exemplos desses acordos e para sugerir o acompanhamento também de patrocínios, parcerias e fluxos de dinheiro público, e os Senhores Deputados João Serrano (PS), para referir que a questão das parcerias deve ser abordada com a ERC e para lembrar que há regras a cumprir no caso da publicidade institucional, João Oliveira (PCP), para concordar com o Presidente sobre as audições, Cecília Meireles (CDS-PP), para referir que é necessário perceber qual é o papel da ERC nesta área, para depois a Comissão saber que outras entidades deverão ser ouvidas, Catarina Martins (BE), para concordar com todas as audições propostas e para referir a sua proposta, que retomou do plano de actividades da sessão legislativa anterior, de audição sobre emissões televisivas para pessoas com necessidades especiais.

Passando para a área da sociedade de informação, a Senhora Deputada Conceição Pereira (PSD) questionou o PCP e o BE sobre as suas propostas, tendo o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) referido que a sua proposta alarga a abrangência da proposta sobre a mesma área que consta do plano de actividades da sessão legislativa anterior, e Catarina Martins (BE), para concordar com a proposta do PCP e realçar a importância dos direitos de autor na área da sociedade de informação, não se opondo a que os direitos de autor sejam tratados na área da cultura, desde que haja uma referência específica à problemática da sociedade de informação.

O ponto 3 da ordem do dia foi adiado, tendo o Senhor Presidente, no ponto seguinte, começado por colocar à apreciação o requerimento apresentado pelo CDS-PP para audição da ERC e referido que, se não houver oposição, como pretende convocar o Conselho Regulador da ERC para ser ouvido em Dezembro, acerca do relatório de regulação e de actividades, pretendia abordar o tema do requerimento na mesma audição, mas num momento separado, podendo alargar o

tema às questões das parcerias. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) concordou com esta proposta.

Quanto ao mapa de audições de membros do Governo, ao abrigo do artigo 104º, n.º 2 do Regimento, deu conta do projecto de audições ao longo de toda a sessão legislativa, alertando para a possibilidade de se realizar uma audição da Ministra da Cultura e outra do Ministro dos Assuntos Parlamentares ainda durante o mês de Dezembro.

De seguida, o Senhor Presidente submeteu à apreciação da Comissão a necessidade de se criarem subcomissões. A Senhora Deputada Cecília Meireles (PSD) defendeu a criação de uma subcomissão para a cultura, mas todos os outros grupos parlamentares entenderam que isso não se justificava, tendo o Senhor Presidente concluído que iria comunicar ao Presidente da Assembleia da República a decisão da Comissão de, pelo menos por agora, não criar subcomissões.

Foi depois apresentada pelo Senhor Presidente a questão da grelha de tempos para audições com os Ministros, tendo proposto um figurino idêntico ao das audições dos Ministros em Plenário. Sugeriu uma primeira ronda de perguntas, com 6 minutos para cada grupo parlamentar, e igual tempo de resposta para o Governo, e uma segunda resposta com 3 minutos para cada grupo parlamentar por pergunta, podendo o PS fazer 4 perguntas, o PSD 3, o CDS-PP 1, o BE 1 e o PCP 1, com resposta no mesmo tempo.

Usou da palavra o Senhor Deputado João Serrano (PS), para perguntar se havia tempo atribuído para uma intervenção inicial, por parte do Governo, e para sugerir que na primeira ronda de perguntas as intervenções fossem feitas por ordem crescente de representatividade. Respondeu o Senhor Presidente que nos debates com os Ministros, em Plenário, não há intervenção inicial por parte do Governo e que, em seu entendimento, nas comissões também não deve haver, com duas excepções: na primeira audição, em que o Ministro vem apresentar o seu programa de Governo; ou quando o Ministro solicita a reunião para apresentar qualquer iniciativa. Quanto à sugestão das intervenções por ordem crescente de representatividade, isso é a inversão das regras das audições no Plenário.

Pronunciaram-se a este respeito os Senhores Deputados João Oliveira (PCP), para referir que esta deve ser uma questão em permanente avaliação e ajustável consoante a prática verificada e para concordar com o figurino proposto pelo Presidente, que implica a intervenção em ordem decrescente dos grupos parlamentares da oposição e com o partido que apoia o Governo a intervir em último lugar, na primeira ronda; Cecília Meireles (CDS-PP) e Catarina Martins (BE), para concordarem com esta posição.

Tornaram ainda a usar da palavra o Senhor Presidente, para realçar a necessidade de interactividade e vivacidade destas audições e reiterar o seu entendimento de que todos os grupos parlamentares devem ter oportunidade de intervir no debate durante a primeira hora; e o Senhor Deputado João Serrano (PS), para esclarecer que a sua sugestão da inversão da ordem das intervenções se aplicava aos casos em que havia intervenção inicial, devendo o método decrescente ser usado nos casos em que não há intervenção inicial e devendo também, nos casos em que um

grupo parlamentar solicita a presença do Ministro, esse grupo parlamentar ter a prerrogativa de usar da palavra em primeiro lugar.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 Dezembro 2009.

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
António Montalvão Machado
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Filipe Neto Brandão
Helena Lopes da Costa
Inês de Medeiros
João Oliveira
João Serrano
Jorge Bacelar Gouveia
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Marcos Sá
Maria Conceição Pereira
Miguel Laranjeiro
Rui Pereira
Vítor Fontes
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Teresa Caeiro